

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Graduação em Ciências Contábeis (Ênfase em controladoria)

Angélica Cândido de Oliveira
Cássia Camila Espírito Santo Silva
Débora Maria dos Santos
Thamires Oliveira Jerônimo

**COMO A CADEIA DE SUPRIMENTOS INFLUENCIA A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Belo Horizonte
2013

Angélica Cândido de Oliveira
Cássia Camila Espírito Santo Silva
Débora Maria dos Santos
Thamires Oliveira Jerônimo

COMO A CADEIA DE SUPRIMENTOS INFLUENCIA A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Trabalho Interdisciplinar apresentado às disciplinas Contabilidade de Custos, Contabilidade Geral III, Logística das Organizações, Microeconomia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para aprovação no 3ª período.

Professores:

- Gilberto Silva Ramos
- Marcelo Prímola Magalhães
- Marcelo Pereira Mendonça
- Vicente de Paula Alves de Oliveira

Belo Horizonte
2013

LISTA DE SIGLAS

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Imobiliários

DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa

JIT - Just in Time

PEP 'S – Primeiro Entrar Primeiro Sair

UEP 'S – Ultimo Entrar Primeiro Sair

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	03
1.1 Tema de pesquisa.....	04
1.2 Problema de pesquisa.....	04
1.3 OBJETIVOS.....	04
1.3.1 Objetivo geral	04
1.3.12 <i>Objetivos Específicos</i>.....	04
1.4 Justificativa.....	04
2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA.....	06
2.1 Contabilidade.....	06
2.1.1 <i>Demonstrações contábeis</i>.....	06
2.1.2 <i>CPC 03 (R2)</i>.....	07
2.2 Fluxos de caixa	09
2.2.1 Demonstração de fluxos de caixa.....	10
2.2.2 Métodos de elaboração de demonstração de fluxos de caixa.....	12
2.2.3 <i>Classificação dos fluxos de caixa</i>.....	14
2.3 Influencias do processo logístico e custos na demonstração de fluxo de caixa.....	17
2.4 Fluxos de caixa como ferramenta gerencial.....	24
3 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	26
3.1 Tipologia de pesquisa.....	26
3.1.1 <i>Objetivos</i>.....	26
3.1.2 <i>Procedimentos utilizados</i>.....	26
3.1.3 <i>Universo da pesquisa</i>.....	26
3.1.4 <i>Coleta de dados</i>.....	26
3.1.5 <i>Tratamento dos dados</i>.....	27
4 ESTUDO DE CASO EM INSTITUIÇÃO HOSPITALAR.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	33
ANEXOS.....	34

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema de pesquisa

A contabilidade que é uma ciência social aplicada que utiliza de informações matemáticas, econômicas e institucionais para se constituir, tem como objeto registrar e interpretar os elementos que influenciam o patrimônio das entidades, tais dados interpretados e transformados auxiliam na tomada de decisão. Os documentos contábeis gerados são chamados de Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis constitui-se através da reunião de dados em determinado período que tem como objetivo refletir o desenvolvimento e evolução das organizações.

Atualmente no mercado competitivo á necessidade de se ter ferramentas gerenciais concisas para auxiliar nas decisões empresariais se faz necessário a todas as instituições, sendo assim, o segmento hospitalar está inserido nesse panorama. Através da demonstração de fluxos de caixa - que é dividido em operacional, de investimento e financiamento - visualiza-se a situação financeira da organização, destacando informações que noteiam os administradores mostrando se a instituição está conseguindo liquidar suas obrigações regularmente sem recorrer a terceiros, ou seja, a demonstração de fluxo de caixa pode ser utilizado como um identificador gerencial.

Para uma organização funcionar bem é preciso ter em seu interior vários departamentos e setores de apoio que pode trazer inúmeros benefícios e retorno para a instituição, porem em vários momentos demandam atenção especial por executarem atividades que interferem diretamente nos fluxos de caixa, o presente trabalho tem como foco evidenciar tais setores e identificar quais os impactos ocasionados nos Fluxos de Caixa e consequentemente na Demonstração de Fluxos de Caixa.

Este trabalho tem caráter multidisciplinar e se justifica através das disciplinas de Contabilidade Geral III, por evidenciar a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a sua importância gerencial.

Logística das Organizações por demonstrar como os setores da cadeia de suprimentos impactam no ciclo dos fluxos de caixa.

Contabilidade de Custos por indicar os custos acarretados no estoque e a influencia que tais custos ocasionam nos fluxos de caixa. E Microeconomia por ressaltar interferência dos custos.

1.2 Problema de Pesquisa

Quais os impactos da cadeia de suprimento na demonstração dos fluxos de caixa?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 *Objetivo geral*

Identificar os impactos da cadeia de suprimentos e dos custos nos fluxos de caixa.

1.3.2 *Objetivos específicos*

- a) Relatar como é realizada a logística no Hospital Vida.
- b) Relatar a gestão de fluxos de caixa no Hospital Vida
- c) Demonstrar o método de elaboração da DFC do hospital.

1.4 JUSTIFICATIVA

O objeto deste trabalho é mostrar como o processo logístico e os custos pode influenciar a demonstração de fluxos de caixa, socorrer empresas que muitas vezes já se encontram em situações financeiras decadentes ou até mesmo empresas que estão com a saúde financeira em ordem, mas que precisam de um reforço para que não venha amargar prejuízos. Sabendo da deficiência das empresas quanto ao controle financeiro é que serão abordadas formas de controle que poderão ser fundamental para melhorar a gerência das suas finanças. Os fluxos de caixa por se tratar de uma ferramenta que ajuda a trazer à tona a verdadeira situação da entidade com transparência auxiliam o gestor como agir diante das

tomadas de decisões. É essa praticidade de uso que faz dos fluxos de caixa uma ferramenta útil e na maioria das vezes indispensável na administração de uma empresa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contabilidade

A contabilidade é uma prática antiga que surgiu da necessidade do homem em manter controle de seus bens.

Seu principal objetivo é fornecer dados que interpretados e transformados em informações serão capazes de auxiliar empresários na tomada de decisão, conduzindo as empresas a um caminho de sucesso.

Segundo Marion (2009) “A contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede os resultados das empresas, avalia o desenvolvimento dos negócios, dando diretrizes para a tomada de decisões”.

Nos dias atuais, a contabilidade é vista como uma prática indispensável tanto para empresas como para os órgãos públicos, pois auxiliam os empresários na administração do negócio e serve como ferramenta para arrecadação de impostos para a gestão pública.

A escrituração contábil que é uma das técnicas contábeis é a atividade responsável por registrar os fatos contábeis que transformados em informações de forma organizada dão origem a documentos que retratam a posição econômica- financeira da empresa.

Estes documentos são intitulados como demonstrações contábeis.

2.1.1 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são conceituadas como a reunião de dados em um determinado período, que tem por objetivo refletir o desenvolvimento e evolução da organização em caráter econômico – financeiro.

Segundo SANTOS (2011) as demonstrações contábeis são utilizadas tanto por usuários internos (análise de resultado e outros) e usuários externos (posição financeira e outros) das entidades.

As demonstrações contábeis também objetivam proporcionar informações a respeito da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. (SANTOS, JOSÉ LUIZ DE 2011, p. 37)

Mesmo sendo peça fundamental para o conhecimento da situação financeira econômica da instituição, a formulação e divulgação das demonstrações contábeis não são

obrigatórias para todas as empresas, de acordo com a legislação a obrigatoriedade das demonstrações contábeis está condicionada ao tipo de sociedade e faturamento da entidade.

O art. 176 da lei 6.404/76 (que posteriormente foi substituída pela lei 11.638/07), que dispõe sobre as Sociedades por Ações prevê as empresas a elaboração e divulgação obrigatória das demonstrações contábeis com base nas escriturações contábeis ao fim de cada período social.

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e
- ~~IV - demonstração das origens e aplicações de recursos~~
- IV - demonstração dos fluxos de caixa; e (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)
- V - se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007) (Planalto Central)

Desta forma ao fim de cada exercício social as empresas que a legislação diz obrigatória, elaboram para fins legais e para apresentação á usuários interessados um conjunto de demonstrações que mostrarão o resultado da gestão e situação patrimonial da instituição.

2.1.2 CPC 03 (R2)

O Comitê de Pronunciamento Contábeis 03 (R2) – Demonstração de Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2)) foi elaborado com base na IAS 7- Statement of Cash Flows. Este pronunciamento visa à exigência das informações contidas nos fluxos de caixa durante o exercício proposto, tudo aquilo que afetou diretamente o caixa e equivalente.

Este pronunciamento fornece informação acerca das alterações históricas de caixa equivalência de caixa de uma entidade por meio de demonstrações que classifique os fluxos de caixa do período por atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS)

As denominações Disponibilidades e Caixa e Equivalência de Caixa apresentam aplicações distintas, conforme Iudícibus e Martins (2010), a intitulação Disponibilidades referente a Lei nº 6.404/76:

É usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como valores equivalentes, como cheques em mãos e em trânsito que representa recursos com livre

movimentação para aplicação nas operações da empresa e para os quais não haja restrições para uso imediato. (IUDÍCIBUS E MARTINS, 2010, p.49).

O CPC 03 R(2) no item 10 estabelece que a demonstração de fluxo de caixa deve ser apresentada em três grupos denominados por atividades;

- a) Atividades Operacionais
- b) Atividades de Investimentos
- c) Atividades de Financiamentos

Segundo o CPC 03 (R2) a DFC a empresa que for obrigada a elaborar e divulgar esta demonstração pode optar em construí-la dentre dois métodos diferentes, método direto ou método indireto de forma a tender a necessidade da organização e aos interesses dos diversos usuários desta informação. Abaixo estão descritos alguns quesitos mencionado pelo CPC 03 que devem ser levados em consideração durante a elaboração da DFC.

- a) Os fluxos de caixa em moeda estrangeira devem ser registrados de acordo com a moeda local da entidade e seguindo as normas do CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Convenção de Demonstrações Contábeis
- b) Os juros e dividendos devem ser apresentados separados e de forma constante a cada período, classificado pela atividade adequada, isso serve também para os juros sobre capital próprio recebidos ou pagos. Em caso de recebimento em instituições financeiras será classificado como atividade operacional.
- c) Imposto de Renda e Contribuição Social devem ser classificados como atividades operacionais, salvo os que estão envolvidos em investimento e financiamento.
- d) Não devem ser divulgadas na demonstração de fluxo de caixa as transações que não envolvem os equivalentes de caixa, essas atividades devem ser apresentadas em outra demonstração contábil.
- e) Deverão ser apresentados os componentes do caixa e equivalentes de caixa e feito uma conciliação com o balanço patrimonial.
- f) Outras informações acerca da situação do caixa e equivalente devem ser divulgadas através de nota explicativa.

2.2 Fluxos de caixa

Nos dias atuais, para uma empresa se manter no mercado competitivo, diferenciais tem sido disponibilizado ao cliente. Porém conquistar e manter o cliente fidelizado não a única atitude a ser tomada nas instituições para garantir o sucesso e uma boa situação financeira.

Cada dia mais as empresas tem se dedicado a gestão das diversas áreas que compõem a organização, o planejamento e controle tem se tornado peças importantes para prever o futuro e minimizar efeitos indesejáveis nas instituições.

Desta forma uma das áreas que exerce papel fundamental na instituição com intenso trabalho de planejamento e controle é o financeiro.

Em uma organização o financeiro não apenas liquidam as obrigações e recebem valores de cliente, este setor deve estar sempre atento aos fluxos para que não ocorra o comprometimento financeiro da instituição. Sendo o gestor financeiro responsável pelo planejamento dos fluxos de entrada e saída de dinheiro nas organizações. Para atender a essa necessidade o gestor financeiro utiliza-se de ferramentas que o permite mensurar, controlar, avaliar e planejar as entradas e saídas de dinheiro do caixa da instituição de maneira eficiente, de modo que atenda as necessidades da organização sem comprometer sua saúde financeira. Esta ferramenta financeira é conhecida como fluxo de caixa.

Segundo SÁ (2009) o fluxo de caixa pode ser conceituado como:

Chamamos de fluxo de caixa ao método de captura e registro dos fatos e valores que provoquem alterações no saldo de caixa e sua apresentação em relatórios estruturados, de forma a permitir sua compreensão e análise. (SÁ, CARLOS ALEXANDRE, 2.009 p.11)

O principal objetivo da utilização do fluxo de caixa é manter a liquidez das obrigações sem atrasos e imprevistos que possam comprometer o caixa da instituição demandando a utilização de capital de terceiros.

Na tarefa de gerir os fluxos de caixa, o gestor financeiro pode elabora-lo por duas óticas diferentes, sendo eles, fluxo de caixa realizado e o fluxo de caixa projetado.

De acordo com SÁ (2009) no fluxo de caixa realizado é analisado o passado do caixa através da comparação das contas recebidas com as contas pagas, enquanto o fluxo de caixa projetado analisa o futuro, comparando as contas á receber com as contas á pagar.

Segundo SÁ (2009) o fluxos de caixas realizado “[...] fornece a composição do saldo inicial, das entradas, das saídas e do saldo final do período (geralmente mês), relacionando as contas, subcontas, clientes e fornecedores. (SÁ, CARLOS ALEXANDRE, 2009, p. 47) ”.

Enquanto os fluxos de caixa projetado “[...] este relatório informa como se comportara o fluxo de caixa da empresa em um período futuro definido pelo usuário, apresentando sua evolução diária. (SÁ, CARLOS ALEXADRE, 2009, p. 50)”.

A análise dos fluxos de caixa realizado e projeto permite analisar desvios e propor correções. Segundo SÁ (2009) com a comparação dos dois fluxos é possível verificar dados importantes tais como;

- Quais os recebimentos previstos que não entraram?
- Quais os recebimentos não previstos que entraram?
- Quais os pagamentos previstos que não foram realizados?
- Quais os pagamentos não previstos que foram realizados? (SÁ, CARLOS ALEXANDRE, 2009, p. 50)

Por ser uma ferramenta importante para as organizações à contabilidade ao final do período social elabora a demonstração do fluxo de caixa, que tem objetivo de mostrar a atual situação financeira da instituição, através das movimentações do caixa e disponibilidade de caixa.

2.2.1 Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração de fluxos de caixa (DFC) pode ser conceituada como demonstração que procura apontar as movimentações e modificações ocorridas nas disponibilidades da empresa através dos pagamentos e recebimentos.

A Demonstração de fluxo de caixa evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidade (caixa e equivalentes de caixa) da companhia em determinado período, por meio de fluxos de recebimentos e pagamentos. (MARION, JOSÉ CARLOS 2010, p. 54)

Com as informações apresentadas na DFC é possível avaliar a real situação da entidade. Algumas características como capacidade de arcar com as obrigações futuras e possíveis resultado de prejuízo ficam evidente com á análise desta demonstração.

No Brasil até o ano de 2007 a elaboração e divulgação da DFC não eram obrigatórias, apenas após a substituição da lei 6.404/76 pela 11.638/07 que dispõe sobre as sociedades

anônimas, foi estabelecido que ao final de cada período social a demonstração de fluxo de caixa deveria ser obrigatória a todas as companhias abertas e grandes sociedades. A obrigatoriedade de divulgação da DFC para companhias fechadas ficou condicionada ao valor de seu patrimônio líquido no período de elaboração da demonstração. Se inferior a dois milhões de reais as empresas não são obrigadas a elaborar e divulgar a DFC.

Por ser uma demonstração que interessa aos administradores, investidores, credores e outros usuários, a DFC já era recomendada as empresas como dados complementares por importantes órgãos ligados a contabilidade como, a Comissão de Valores Imobiliários (CMV).

O art 188 da lei 11.638/07 cita como deve ser elaborada da DFC.

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo: (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)
I - demonstração dos fluxos de caixa - as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos: (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)
a) das operações; (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)
b) dos financiamentos; e (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)
c) dos investimentos; (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007). (PLANALTO CENTRAL, 2007)

A Lei 11.638/07 instituiu a utilização da DFC em substituição a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), segundo MARION (2.010) a DOAR apesar de ser considerada mais completa, foi substituída por se tratar de uma demonstração de difícil entendimento para os não contabilistas e outros usuários das informações contábeis. Já a DFC por se utilizar de conceitos e linguagem mais simples, favorece o bom entendimento dos diversos usuários.

Para AZEVEDO (2012) a DFC e DOAR são distintas entre si.

A diferença fundamental entre DFC e DOAR é que enquanto a DOAR é elaborada com base no conceito de capital circulante líquido (Ativo Circulante (-) Passivo Circulante), dentro regime de competência, apresentando, portanto, a disponibilidade de médio prazo, a Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC baseia-se no conceito de disponibilidade imediata, dentro do regime de caixa (recebimento/pagamentos) puro. (AZEVEDO; 2012, p. 121).

De acordo com CPC 03 (R2) a demonstração de fluxo de caixa pode ser elaborada por dois métodos diferentes. Método direto e método indireto.

2.2.2 Métodos de elaboração da demonstração de fluxos de caixa

As instituições que segundo a legislação devem elaborar e publicar a DFC pode optar em preparar a demonstração por dois métodos diferentes, de maneira a atender as necessidades da organização e dos usuários desta informação.

Método direto

No fluxos de caixa modelo direto são apresentados às entradas e saídas do caixa, começando pelas vendas de estoque, pelos valores realizados, ou seja, baseia-se em classificar as despesas e receitas de uma empresa utilizando o método das partidas dobradas.

De acordo com SÁ (2006), o fluxo de caixa pelo método direto mostra aos empresários se a organização esta com déficit o superávit no caixa, tornando mais fácil a percepção de necessidades de recorrer a capital de terceiros quando necessário.

A vantagem desse método é a naturalidade com que é feito sendo mais acessíveis os pequenos e médios investidores. O método direto demonstra o recebimento e pagamentos das atividades operacionais da empresa em vez do lucro líquido ajustado. Mostra efetivamente as movimentações dos recursos financeiros, as origens dos recursos de caixa e onde eles foram aplicados.

Uma das vantagens do método direto é criar condições para classificar receitas e despesas, sendo que as informações do caixa são diárias.

Ao utilizar o método direto, as empresas devem detalhar algumas contas entre elas estão:

- a) Recebimento de clientes, incluindo os recebimentos de arrendatários, concessionários e similares.
- b) Recebimento de juros e dividendos.
- c) Outros recebimentos das operações se houver;
- d) Pagamentos a empregados e a fornecedores de produtos e serviços,
- e) Juros pagos
- f) Impostos

Segundo MARION (2010) a finalidade da DFC modelo direto é mostrar que os valores referentes a entradas e saídas são verdadeiros. É preciso conciliar o Lucro/Prejuízo

liquido com o caixa. Essa conciliação deve apresentar separadamente os itens a serem conciliados demonstrando assim que partindo do lucro/prejuízo liquido ajustado pelas transações que não afetam o caixa chegando assim ao mesmo valor do caixa liquido apurado através dos recebimentos e pagamentos.

Quando é utilizado o método direto, obrigatoriamente deve ser apresentada a conciliação entre lucro liquido e o fluxo de caixa liquido das atividades operacionais na apuração do fluxo liquido das atividades operacionais. A conciliação deve apresentar, separadamente, por categoria, os principais itens a serem reconciliados. (MARION, JOSÉ CARLOS, 2010, p. 433)

Outro método utilizado para elaboração da demonstração de fluxo de caixa é o indireto que será descrito abaixo.

Método Indireto

O método indireto mostra quais foram às alterações no giro da empresa, que provocam o aumento ou diminuição no caixa sem explicar diretamente as entradas e saídas, se baseando se em informações de outras demonstrações contábeis.

O fluxo de caixa obtido pelo método indireto baseia-se em dados das demonstrações contábeis. Nele, os elementos de análise com as quais trabalhamos são as variações das contas contábeis no inicio e no fim do período considerado. (SÁ, CARLOS ALEXANDRE, 2009, p 132)

Segundo SÁ (2011) o método indireto é elaborado partindo do pré suposto que apenas o lucro ou prejuízo e as movimentações ocorridas no passivo podem alterar os fluxos e caixa.

O fluxo de caixa obtido pelo método indireto parte da observação de que apenas dois fatos têm a capacidade de liberar ou retirar recursos do caixa: o lucro (ou o prejuízo) e os fatos que provoquem variações nos saldos das contas do ativo (menos o disponível) e do Passivo.(SÁ, CARLOS ALEXANDRE, 2009 p.132)

Independente do método direto ou indireto adotado pela instituição para elaborar a DFC, ambos devem apresentar o mesmo saldo inicial e final, pois a apesar de serem construídas de primas diferentes ambas tendem a demonstrar o mesmo resultado.

De acordo com a legislação a DFC deve ser apresentada em três fluxos diferentes chamados de atividades. Essas atividades são classificadas como operacional, de investimento e de financiamento.

2.2.3 Classificação de fluxos de caixa

Atividades Operacionais

As atividades operacionais são as movimentações ocorridas em curto prazo que se referem aos recebimentos e pagamentos ligados à natureza do negócio sendo o maior responsável pela geração de caixa da instituição.

Os fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade. Portanto, eles geralmente resultam das transações e de outros eventos que entram na apuração do lucro líquido ou prejuízo. (SANTOS, JOSÉ LUIZ DOS, 2011, p. 431)

O CPC 03 (R2) no art.15 destaca quais movimentações que são consideradas fluxos das atividades operacionais.

Recebimentos

- a) Pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços;
- b) Decorrentes de royalties, honorários, comissões e outras receitas
- c) Por seguradora de prêmios e sinistros, anuidades e outros benefícios da apólice;
- d) Recebimentos de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda futura

Pagamentos

- a) Pagamento a fornecedores de mercadorias e serviços;
- b) Pagamento a empregados ou por conta de empregados;
- c) Pagamento a seguradora de prêmios e sinistros, anuidades e outros benefícios da apólice;
- d) Pagamentos ou restituição de caixa de impostos sobre a renda, a menos que possam ser especificamente identificados com as atividades de financiamento ou de investimento; e
- e) Pagamentos de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda futura

Atividades de Investimentos

Essa atividade representa a parcela do fluxo de caixa na qual se aplica para se produzir recursos futuros. Na maioria das vezes essa atividade constitui o grupo de ativo circulante e ativo não Circulante, salvo as participações voluntárias e incentivadas que não são atribuídas em nenhum desses dois grupos, pois representam atividades que estão ligadas as atividades operacionais, entretanto, outros investimentos como, imóveis alugados a terceiros e terrenos que não estão sendo utilizados na empresa são classificados no grupo de não circulante na conta sintética permanente.

Essa atividade não se aplica a desembolso para títulos que estão em negociação, recebimentos ou desembolso de títulos para equivalente de caixa e adiantamentos e empréstimos feitos por uma instituição financeira.

De acordo ao CPC 03, no item 16,

Somente desembolsos que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento. (CPC 03 (R2))

O art. 18 do CPC 03 (R2) recomenda como se deve elaborada o fluxo de investimentos e quais atividades que devem conter neste fluxo.

Recebimentos

- a) Recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo; pagamentos para aquisição de ações ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em joint ventures (exceto desembolsos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou mantidos para negociação imediata ou venda futura);
- b) Recebimentos de caixa provenientes da venda de ações ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em joint ventures (exceto recebimentos referentes aos títulos considerados como equivalentes de caixa e os mantidos para negociação);
- c) Recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros (exceto adiantamentos e empréstimos de uma instituição financeira);
- d) Recebimentos de caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou venda

futura, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

Pagamentos

- a) Pagamentos de caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo. Esses desembolsos incluem os custos de desenvolvimento ativados e ativos imobilizados de construção própria;
- b) Adiantamentos de caixa e empréstimos feitos a terceiros (exceto adiantamentos e empréstimos feitos por instituição financeira);
- c) Pagamentos de caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou venda futura, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento;

Atividades de Financiamento

Segundo o CPC 03(R2)

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade, não classificadas como atividade operacional. (COMITE DE PRONUCNIAMENTOS CONTABEIS 03 (R2))

As Atividades de Financiamento são os recursos obtidos do Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e do Patrimônio Líquido. São conhecidos como atividades de financiamento os empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo Prazo. As saídas correspondem à amortização de dívidas e os valores pagos aos acionistas a título de dividendos, distribuição de lucros.

Segundo Marion em Contabilidade Básica;

As empresas obtém caixa através de Financiamentos e Aporte de Capitais. As amortizações de Financiamentos e o pagamento de dividendos, a captação de

recursos e amortização dos recursos capitados são Atividades de Financiamento. (MARION, JOSÉ CARLOS, 2010, p124)

Esses financiamentos podem ser de recursos próprios e de terceiros se for decorrente. Um bom exemplo de recurso próprio é a conta de Capital Social Subscrito, pois afeta diretamente o caixa, outro exemplo de financiamento são ações em tesouraria, que colocadas a venda pela empresa pode ser comprada pela própria entidade fazendo parte do Patrimônio Líquido.

O art. 19 do CPC 03 (R2) recomenda como se deve elaborar os fluxos de financiamento e quais atividades que devem conter neste fluxo.

Recebimentos

- a) Caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais;
- b) Caixa recebido proveniente da emissão de debêntures, empréstimos, títulos e valores, hipotecas e outros empréstimos de curto e longo prazos.

Pagamentos

- a) Pagamentos de caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade;
- b) Amortização de empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures emitidas, hipotecas, mútuos e outros empréstimos de curto e longo prazos.
- c) Pagamentos de caixa por arrendatário, para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.

2.3 Influências do processo logístico e custos na demonstração de fluxos de caixa

Para uma instituição garantir uma boa gestão em seus processos é preciso haver interação e comunicação entre os setores que compõe a organização. São varias as situações onde falta de comunicação e envolvimento de setores chaves trazem prejuízos para a empresa, comprometendo a eficiência da gestão e sua saúde financeira.

Uma das áreas chave que assume papel importante na organização, sendo citada como o maior responsável pela geração de receitas é a cadeia de suprimentos.

Por englobar área de compras, armazenagem, transformação e distribuição a cadeia de suprimentos se bem gerida é capaz de diminuir custos e aumentar receitas, sendo uns dos fatores que trazem impactos na DFC.

Cadeia de suprimentos

A expressão cadeia ou rede suprimentos segundo Slack (2009 p. 389) [...] “é usada para designar todas as unidades produtivas que estão ligadas para prover os suprimentos de bens e serviços até o cliente.” Os elementos que constituem a cadeia de suprimentos exercem uma ampla influência no fluxo de caixa, dentre esses, os elementos a serem abordados são: setor de compras, estoque, distribuição e mercado consumidor.

Compras

O setor de compras, elemento importante da cadeia de suprimentos, faz parte do sistema logístico, ou seja, engloba o processo como um todo, dessa forma a tomada de decisão do setor leva em consideração o impacto ocasionado nos elementos que compõem o processo produtivo.

Atualmente, a gestão de compras é um fator de real importância no plano estratégico das instituições, traçar objetivos eficientes como aquisições em quantidades certas no tempo certo são decisões básicas e imprescindíveis na gestão do ciclo de estoque e conseqüente no fluxo de caixa.

De acordo com Viana:

A atividade compras tem por finalidade suprir as necessidades da empresa mediante a aquisição de materiais e/ou serviços, emanadas das solicitações dos usuários, objetivando identificar no mercado as melhores condições comerciais e técnicas. (VIANA, JOÃO JOSÉ 2002, p. 42)

Seguindo os fluxos da cadeia de suprimentos após a aquisição, é necessário o armazenamento ou estocagem deste material de forma que respeite suas características específicas.

Estoque

O termo estoque se refere a produtos transformados ou não, destinados à venda ou ao processo de produção. Por essa definição, o estoque é um ativo circulante, porém não monetário, pois necessita de um processo para se tornar equivalência de caixa.

Segundo Iudícibus; Martins; Gelbcke (2007 p.105) o estoque pode ser constituído de:

- a) estoques em trânsito: Itens que já foram encaminhados de uma unidade fabril para outra, mas que ainda não tenha alcançado seu destino;

- b) estoque recebido em consignação: Itens que apesar de se encontrar na empresa pertencem ao fornecedor até que sejam vendidos. Caso não ocorra a venda os itens são devolvidos sem ônus;
- c) estoque enviado em consignação: Itens da empresa que foram enviados para futuros clientes em consignação;
- d) itens não encontrados na empresa, por estar em poder de terceiros para armazenagem, beneficiamento ou embarque

O estoque tem uma ampla importância nas instituições por constituir grande parte do ativo. Em consequência das proporções que o estoque apresenta os seus custos se tornam altos, o que acaba por influenciar diretamente o caixa. Assim sendo é fundamental o controle na gestão de compras e de estoque. Morante, (2007, p.50) demonstra três situações que são fundamentais na administração dos estoques:

- a) quanto e quando comprar;
- b) quanto e quando produzir;
- c) quais os itens que merecem maiores cuidados.

Conforme afirma Silva:

Os investimentos em estoques são a base para a geração de lucros, eles podem trazer um retorno sobre o valor investido muito maior que qualquer outro ativo. No entanto, é importante ressaltar que eles devem dimensionar os investimentos em estoques de maneira a compatibilizar a capacidade de caixa com objetivos de vendas, já que estoques em excesso absorvem recursos que poderiam ter outro destino, reduzem a capacidade de lucro da empresa, além de gerar custos financeiros, custos de carregamento físico etc.(SILVA, 2006, p. 33).

Diante da magnitude do setor de estoque e seus altos custos é indispensável estabelecer métodos concisos de gestão visando visualizar a real situação do setor, a diminuição nos custos e maximização do lucro. Os métodos de avaliação de estoque constituem um critério importante para a gestão que possibilita o conhecimento do custo final dos itens estocados. Para Assaf, (2010, p.53) “[...] o custo é critério básico para a avaliação do estoque”.

Custo é o valor gasto com bens e serviços para a produção de seu produto final. Bons exemplos de custo são: matéria prima, salários e encargos do pessoal da produção. Segundo o CPC-16, o custo é composto da seguinte forma: “[...] O valor de custo do estoque deve incluir

todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais”.

O estoque pode ser valorizado de acordo com a demanda, seja pelo aumento do preço ou até mesmo pela falta de fornecimento, o que acabaria valorizando o produto que já se encontra em estoque.

Segundo Francischini (2002, p.162-170), o poder de compra de um produto é afetado pelos custos do estoque. Uma das principais preocupações de um gestor de estoques é saber quais são os custos relacionados ao estoque que ele gerencia. Quando a sobrevivência da empresa esta ameaçada pela existência de custos elevados, o Administrador de Materiais deve manter um controle rigoroso sobre esses produtos e com base nessas informações, aplicar ações corretivas para reduzi-los a valores aceitáveis.

Para Hamilton (2010) os principais custos relacionados ao estoque são:

Custos de colocação do pedido: Este custo está relacionado ao custo de "reabastecimento" do estoque. Pode-se citar o custo de transporte e o custo de adaptações;

Custos de desconto de preços: Trata-se da desvantagem pela compra em pequenos lotes comparada a compra em lotes representativos. No segundo caso, é comum obter descontos enquanto no primeiro caso o produto tende a custar mais;

Custos de falta de estoque: Os custos podem ser interpretados desde a não venda de um produto como pela não satisfação do cliente em não atender suas necessidades (casos que muitas vezes tonar-se subjetivo seu cálculo);

Custos de capital de giro: Refere-se ao tempo de pagamento do estoque ao fornecedor e o tempo de venda, neste caso o recebimento do capital. Frente a isso, os custos associados a ele são os custos de oportunidade por não reinvestir o dinheiro em outro lugar ou os juros que são pagos aos bancos pela tomada de empréstimo;

Custos de armazenagem: São os custos relacionados ao valor para se manter o estoque "guardado". Cita-se como exemplo a locação de uma sala, a climatização, a iluminação e a segurança. Percebe-se que quanto maior o valor ou as condições especiais de armazenagem do produto mais custoso será o estoque;

Custos de obsolescência: É o risco de que produtos quando estocados por muito tempo, em razão do volume de compras desnecessário, percam seu valor tornando-se obsoletos como, por exemplo, pela deterioração com o tempo e a mudança do consumidor em relação ao produto ou até mesmo devido às constantes mudanças tecnológicas;

Custos de ineficiência de produção: Altos níveis de estoque impedem de ver a completa extensão de problemas dentro da produção. (POZO, 2010, p.56).

A realização da apuração do custo ressalta um dilema, como apurar um estoque de produtos iguais adquiridos em datas diferentes, e custos unitários distintos. Stickney e Weil, (2001) cita três tipos de avaliação dos estoques; Primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS); Último a entrar, primeiro a sair (UEPS) e o Custo médio ponderado, porém cada critério de

avaliação causa um resultado diferente no lucro da entidade. O PEPS é a suposição que atribui custos mais antigos a unidades vendidas. Nesse critério parte-se das camadas mais antigas para as mais recentes do estoque. Segundo Stickney e Weil:

A suposição do **primeiro a entrar, primeiro a sair**, atribuem-se custos mais antigos às unidades vendidas, e, conseqüentemente, custos mais recentes às unidades no estoque final. Em outras palavras, admite-se que mercadorias mais antigas são utilizadas em primeiro lugar. (STICKNEY; WEIL, 2001, p. 355)

a) Adotando o PEPS como critério de avaliação tem-se um estoque final com produtos mais recentes. Segundo Stickney e Weil (2001) é compatível nos casos onde os estoques se deterioram ou se tornam obsoletos, pois a prioridade de saída está nos produtos mais antigos;

b) No UEPS considera-se o custo mais recente dos produtos à unidades vendidas. Esse critério parte das camadas mais recentes para as camadas mais antigas do estoque. Nesse sentido, Stickney e Weil (2001) define UEPS como: “Na suposição **último a entrar, primeiro a sair (UEPS)**, as unidades vendidas são avaliadas pelos custos mais recentes, e, conseqüentemente, as unidades no estoque final são avaliadas pelos custos mais antigos [...]”. Adotando o UEPS como critério de avaliação tem-se um estoque final com produtos mais antigos. Segundo Stickney e Weil (2001), esse método é utilizado pelas empresas por se aproximar dos preços praticados no mercado, desta forma a empresa tem uma base de como anda o custo dos produtos no mercado e define a margem de lucro a ser obtida;

c) Na utilização do critério de custo médio ponderado, considera-se a média dos custos das mercadorias disponíveis para venda. Nesse critério, quando da compra de novas mercadorias, a quantidade e o valor pago por elas são acrescidos aos produtos estocados anteriormente. O valor unitário de cada produto é dado pela divisão do valor total do estoque pela quantidade total dos itens armazenados.

Para fins de arrecadação de imposto de renda, a legislação brasileira permite a utilização do método de avaliação PEPS e custo médio ponderado móvel, não aceitando para fins de tributação fiscal o uso do UEPS.

Outra ferramenta utilizada como controle em gestão de estoque é a classificação.

Com a classificação do estoque consegue-se visualizar o percentual de itens em relação ao percentual de valores monetários.

Atualmente existem algumas técnicas utilizadas para essa classificação, podendo ser destacadas:

- a) Just in Time (JIT);
- b) Fluxo descontínuo de materiais;
- c) Curva ABC;
- d) Balanceamento de capacidade;
- e) Fluxo contínuo de matérias;
- f) Fluxo sincrônico de material.

Segundo Pozo (2010) a classificação ABC é extremamente vantajosa, uma vez que com ela é possível reduzir as immobilizações de estoque sem prejudicar a segurança. Isso se dá pelo fato de controlar mais rigidamente os estoques de maior valor agregado, mesmo sendo oneroso esse controle, é possível dado que a quantidade de estoques com valores elevados é menor.

[...] O grande mérito do uso da curva ABC é a classificação dos itens de estoque em critérios ou classes A, B e C, e vista de seus custos e quantidades. Os itens mais importantes são em pequenos números e de alto valor, e devem ser controlados rigidamente. Isso é possível, visto que um controle rígido é oneroso, porém o faremos sobre uma variedade mínima [...] A utilização da curva ABC é extremamente vantajosa, porque se pode reduzir as immobilizações em estoques sem prejudicar a segurança, pois ela controla mais rigidamente os itens de classe A e, mais superficialmente, os de classe C. [...] (POZO, 2010, p.80)

Outra crescente preocupação é a em relação à quantidade de estoque ideal, pois optar por grandes quantidades em estoque acarreta no aumento dos custos, entretanto optar por pequenas quantidades estocadas amplia à possibilidade de haver atrasos em entregas e perdas de vendas. Portanto além de ponderar a real quantidade de estoque, aderir ao estoque de segurança é uma garantia a mais, pois ele não interfere no processo de produção e têm como princípio evitar futuros contratempos por falta de material, assim evitando atrasos em entregas e perdas de negócios.

O estoque de segurança assegura que os materiais principais para a produção não faltem. Segundo Viana o estoque de segurança:

Também denominado estoque mínimo. Quantidade mínima possível capaz de suportar um tempo de ressurgimento superior ao programado ou um consumo desproporcional. Ao ser atingido pelo estoque em declínio, indica a condição crítica do material, desencadeando providências, como, por exemplo, a ativação das encomendas em andamento, objetivando evitar a ruptura do estoque. Sua quantidade

é calculada em função do nível de atendimento fixado pela empresa, em função da importância operacional e do valor do material, além dos desvios entre os consumos estimados e os realizados e o prazo médio de reposição. (VIANA, JOAO JOSÉ 2002, p. 150).

O estoque de segurança também atua como ferramenta auxiliar, pois através dele pode-se verificar a necessidade de reabastecer o estoque. O Gonçalves e o Schwember descrevem que:

O estoque de segurança é então, uma quantidade de estoque projetada para suportar uma taxa de demanda superior à demanda média esperada, principalmente durante período de recomposição do estoque. (GONÇALVES E O SCHWERMBER, 1979,p. 54).

Portanto optar por manter e monitorar o estoque de segurança previne as instituições de transtornos além de diminuir os custos de manter um estoque de mercadoria grande como solução no caso de problemas de abastecimento.

Contudo da mesma forma que controlar a quantidade estocada auxilia no controle dos custos, ponderar a parcela de compra trás a mesma eficiência. O lote econômico de compra é a proporção certa de material que deve ser comprado tendo em vista mitigar os custos de obtenção e de estocagem dos produtos.

De acordo com Rodrigues (2003, p. 46) “[...] o lote econômico de compra é a quantidade exata de um produto que determinará o ponto de equilíbrio entre todos os seus custos, considerando o nível adequado de serviços”.

O lote econômico trás para a instituição benefícios, pois determinar quantidades adequadas de compra previne custos de estocagem e custo de mercadoria ociosa.

Distribuição

Assim como as compras assume uma obrigação com os fornecedores no ato da aquisição de produtos para o estoque, com aumento do passivo e reflexos no fluxo operacional, a venda destes produtos também produzem impactos nos fluxos, porem com aumento de ativo.

Portanto para o estoque ser considerado o maior responsável pela receita da instituição o mesmo tem que ser entregue ao cliente. Segundo Ballou (2006)“Produtos e serviços não

tem valor a menos que estejam sob posse do cliente quando (tempo) e onde (lugar) eles desejam consumi-los.”

Desta forma a entrega de produtos ao cliente assume papel importante na cadeia de suprimentos. Porém por necessitar de transporte até seu destino final essa atividade é apontado como oneroso devido os custos que o envolvem.

Segundo Ballou:

[...] os transportes são as principais áreas de planejamento por causa do impacto que as decisões nessas áreas causam na lucratividade, no fluxo de caixa e no retorno sobre o investimento da empresa. (BALLOU, RONALD H, 2.006, p. 43)

2.4 Fluxos de caixa como ferramenta gerencial

Fluxo de caixa entende o registro e controle sobre a movimentação do caixa de qualquer empresa, expressando as entradas e saídas de recursos financeiros ocorridos em determinados períodos.

Sem Fluxo de Caixa fica quase impossível projetar, planejar financeiramente. Sem orçamento (planejamento financeiro) é impossível ter uma administração sadia.”(MARION, JOSÉ CARLOS, 2010, p 119)

A utilização do fluxo de caixa como ferramenta de gestão é muito importante, dado que através de uma gestão competente é mais fácil chegar ao resultado esperado por todos empresários, o lucro. Um dos requisitos mais importantes para uma boa gestão de fluxo de caixa é evidenciar todos os dias as variações que acontecem no caixa e equivalentes dessa forma fica mais fácil controlar todas as operações financeiras que ocorrem.

A principal contribuição do fluxo de caixa em uma empresa é que quando é analisada juntamente com as demais demonstrações financeiras, tais como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, é a clareza com que o fluxo de caixa demonstra toda a movimentação. Outro benefício é que os gestores que utilizam esse método tem informações precisas das empresas. Podendo assim ver a liquidez da empresa o que torna mais fácil a tomada de decisão e a escolha de investimentos que vão contribuir para o crescimento da instituição.

Com a chegada de normas internacionais as empresas se veem obrigadas a investir em gestores com capacidade de planejamento econômico para assim se manterem no mercado.

“Pesquisa realizada pelo SEBRAE revelou que a mortalidade prematura de novas empresas está fortemente ligada a fatores conjunturais, administrativos e financeiros. O maior objetivo foi procurar o porquê do insucesso das pequenas organizações. Em síntese foi revelado que cada vez mais, o espírito empreendedor deve estar conjugado com o conhecimento técnico, sem o que, capital e trabalho acabam naufragando no redemoinho de uma economia cada vez mais sofisticada e implacável.” (Lana, Marcio. As razões da mortalidade das pequenas empresas. Gazeta Mercantil, 18 de Fevereiro de 2000)

Sendo assim o fluxo de caixa é uma importante ferramenta que tem a função de projetar informações em curto e longo prazo o que torna mais fácil tomada de decisões.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologia da pesquisa

3.1.1 Objetivos

Este trabalho constitui-se uma pesquisa exploratória e explicativa. Segundo Gil (2002, p. 41) a investigação exploratória “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou as descobertas de intuições”. Logo a investigação explicativa, segundo Gil (2002, p. 42) “têm como preocupação central identificar os fatores determinam o que contribuem para ocorrência dos fenômenos”.

3.1.2 Procedimentos

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos trata-se de um estudo de caso, pesquisa bibliográfica e documental. Gil (2002, p.54) considera que o estudo de caso “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante a outros delineamentos já considerados.” A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002, p.44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. E por fim a pesquisa documental que segundo Gil (2002, p. 45) “assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes [...] a pesquisa documental vale-se matérias que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa.”

3.1.3 Universo da pesquisa

O universo da pesquisa se baseia no financeiro, contabilidade e suprimentos do hospital Vida – Esta empresa fictícia de pequeno porte.

3.1.4 Coleta de dados

A partir do estudo de campo, buscaram-se informações e não conformidades em rotinas e processos do departamento de suprimentos e financeiro que impactassem na demonstração de fluxos de caixa da organização.

3.1.5 Tratamento dos dados (como analisamos)

Para análise de dados foi utilizados demonstrações contábeis de uma empresa de médio porte, onde foi possível visualizar os fluxos das atividades da empresa e apontar fatores que impactam nas demonstrações, principalmente na DFC.

4 ESTUDO DE CASO EM EMPRESA HOSPITALAR

No presente trabalho foram utilizados dados e informações de uma empresa prestadora de serviços hospitalar.

O Hospital Vida é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em Belo Horizonte, com especialidades médicas em Ginecologia, Obstetrícia, Cirurgia Plástica, Pediatria e outras clínicas atendendo a clientes particulares e conveniados. É uma instituição de pequeno porte que atende a um público de aproximadamente 600 pessoas mês, gerando um faturamento de aproximadamente R\$1.800.000,00 mensal. A tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social é feito com base no lucro real anual, sendo considerada a forma de tributação mais vantajosa dentre as vigentes no país.

Para alcançar o objetivo do trabalho, os integrantes do grupo realizaram visita ao Hospital Vida para conhecer a logística e o financeiro da instituição, com o intuito de evidenciar impactos desses processos na DFC.

A instituição analisada elabora e publica suas demonstrações de acordo com as recomendações da lei 11.638/07.

Com a visita a instituição foi possível perceber que a logística da instituição é feita por um departamento que recebe o nome de suprimentos. Este departamento compreende os setores de gerenciamento de contratos de fornecedores, compras, almoxarifado e farmácia.

A cadeia de suprimentos da organização inicia-se com a gestão de fornecedores. Atualmente a instituição mantém cadastrados 2.000 fornecedores e anualmente o setor de gerenciamento de contratos executa a avaliação de cada um (avaliação cliente fornecedor). Este método tem o objetivo de classificar os fornecedores em quesitos como pontualidade de entrega (produto certo, na hora correta, na quantidade e condições combinadas), condições e formas de pagamento, qualidade do produto e responsabilidade legal da empresa, de maneira que os fornecedores atendam a necessidade do hospital de maneira eficaz.

Outro setor visitado no departamento de suprimentos é o compras. Este setor é responsável por toda a compra de matérias, medicamentos, utensílios e outros que o Hospital Vida necessitar. O compras negocia os prazos e formas de pagamentos com os fornecedores de acordo com as melhores praticas para a instituição. Outro ponto observado no setor de compras é que o mesmo trabalha sempre apoiado ao sistema integrado o que mantém a

eficiência dos processos de compra, pois os relatórios e informações disponibilizados pelo sistema integrado possibilita uma visualização rápida e precisa da situação dos itens em estoque permitindo maior controle sobre quando e quanto comprar.

Após a compra, o produto é recebido pelo setor de almoxarifado, onde são embalados individualmente e armazenados até a distribuição para as farmácias e demais clientes. Os itens do estoque são produtos prontos para uso, sem necessidade de transformação, esse fato implica em pouco valor de custo agregado, sendo o valor de aquisição, fretes (quando existentes), depreciação de equipamentos utilizados para armazenagem dos itens, embalagens e seguro os custos principais. Desta forma o custo final do estoque quase não sofre variações ao decorrer do tempo.

Para classificação desse estoque o Hospital utiliza-se do método de Curva ABC, diante do critério de consumo a Curva ABC do hospital se apresenta da seguinte forma;

A – Representa 70% dos materiais e medicamentos mais utilizados na organização, ou seja, com maior prioridade.

B - Representa 20% dos materiais e medicamentos com prioridade média.

C – Representa 10% dos materiais e medicamentos são de prioridade mínima.

Como critério de avaliação de estoque o Hospital Vida utiliza-se do custo médio ponderado, sendo este um dos critérios aceitos pela legislação.

Como forma de distribuição dos produtos dentro da cadeia de suprimentos quando o paciente é admitido no hospital, realiza-se um cadastro no sistema integrado que permite o lançamento de despesa com matérias e medicamentos diretamente na conta do paciente, desta forma as despesas são individualizadas. Para permitir este meio de registro das despesas a instituição utiliza o recurso de leitura de código de barras que torna o processo com maior controle e confiabilidade.

Os outros produtos utilizados na instituição para manter a operação, como matérias de escritório, higiene e outros, tem seu custo rateado por departamentos.

No financeiro foi observado que o departamento compreende os setores de contas á pagar, contas á receber e tesouraria.

Atualmente o gestor financeiro não faz gestão dos fluxos de caixa da instituição e justifica que situações como sistema deficitário e desalinho de informações impede o planejamento dos fluxos de caixa.

Observou-se também, que o financeiro não mantém comunicação constante com os setores geradores de obrigações (compras). Este distanciamento compromete o caixa da empresa, pois dificulta a provisão exata das obrigações favorecendo ao aparecimento de surpresas que demandam desembolso do caixa maior que o previsto.

Nos últimos meses a organização tem passado por algumas mudanças. Reformas e ampliação de espaço operacional tem demandado grande dispêndio de caixa para investimento, o que pode favorecer a um desequilíbrio nos fluxos de caixa, uma vez que não existe planejamento adequado para a ação.

Com as informações cedidas pela contabilidade, observou-se que a DFC da organização é elaborada pelo método indireto. Em sua estrutura estão compreendidas as atividades operacionais e de investimentos, não havendo atividade de financiamento, pois a empresa não depende de financiamento para suprir seu deveres e obrigações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com presente trabalho que as empresas cada dia mais percebe a necessidade de profissionalização de suas atividades a fim de alcançar bom desempenho de gestão e retorno financeiro esperado.

As empresas não podem ficar entregue a sorte ou aos acontecimentos futuros. Para garantir a prosperidade e sobrevivência de uma instituição é necessário planejamento, mensuração de resultados e tomadas de decisão, orientadas por informações concisas e exatas.

Dentro das organizações a contabilidade é o setor responsável por essas informações. Por meio de relatórios contábeis, a contabilidade traz informações precisas sobre a situação financeira e econômica da instituição, o que serve como balizador para os diversos usuários que a utilizam.

Na DFC observou-se que independente de seu método de elaboração (direto ou indireto), é possível visualizar as movimentações ocorridas no caixa e equivalências em um determinado período de tempo. Esta visualização permite controle e planejamento dos fluxos, sejam eles de atividades operacional, de investimento ou de financiamento.

Outro ponto observado durante a pesquisa é que as instituições obrigadas a elaborar a DFC preferem utilizar o método indireto, pois o método direto expõe as atividades da entidade, sendo utilizadas com maior frequência em organizações pequenas como ferramenta gerencial de controle interno.

Entretanto para que os fluxos de caixa tenham validade e alcance o resultado esperado é necessário interação de todos os setores envolvidos nos processos.

Departamentos como suprimentos que são intitulados como o maior responsáveis por captar receitas para a instituição, se mal gerido pode proporcionar efeito contrario ao seu propósito, trazendo enormes prejuízos e impactos negativos aos fluxos de caixa.

Com o estudo de caso, observou-se que o financeiro do Hospital Vida, não utiliza de fluxos de caixa como ferramenta gerencial para planejar os fluxos operacionais, o que evitaria situações indesejáveis para instituição, como dispêndio indesejável de valores do caixa.

Os principais motivos para a realidade do hospital Vida é a falta de comunicação entre setores e necessidade de um sistema que atenda as necessidades do financeiro que facilite a implantação de gerenciamento de fluxos de caixa.

Pode-se verificar que o Hospital Vida elabora e publica as demonstrações contábeis de acordo com as recomendações da legislação, porém o financeiro não possui gerenciamento dos fluxos de caixa, portanto não se tem controle em curto prazo das entradas e saídas de dinheiro.

De acordo com o conhecimento limitado dos integrantes do grupo, chegou-se a conclusão, que a ingerência e mal planejamento nas operações da empresa trazem reflexos perceptíveis nas demonstrações do Hospital Vida, como pode ser visto no anexo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLOU, RONALD H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**. Bookman: 2.006, 5º Ed

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC - **Pronunciamentos Contábeis Emitidos**. Disponível<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC03R2_final.pdf> Acesso 03/05/2013

IUDICIBUS, SERGIO DE; MARION CARLOS JOSÉ. **Contabilidade Comercial**. São Paulo: Atlas 2010

MARION, JOSÉ CARLOS. **Contabilidade Básica**. Atlas 2009 10º Ed.

MARION, JOSÉ CARLOS. **Análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas 2010

MARTINS, PETRÔNIO GARCIA; ALT, PAULO RENATO CAMPOS. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MORANTE, ANTÔNIO SALVADOR. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas: 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, **Lei 11.638/2007**, Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm> Acesso 03/05/2013

SÁ, CARLOS ALEXANDRE. **Fluxo de Caixa: A visão da tesouraria e da controladoria**. São Paulo: Atlas 2009

SANTOS, JOSÉ LUIZ DOS; SCHMIDT, PAULO. **Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas 2011


SILVA, EDSON CORDEIRO. **Como administrar o Fluxo de Caixa das Empresas**. 2 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

SILVA, JOSÉ PEREIRA. **Análise Financeira das Empresas**. 8 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

SLACK NIGEL; CHAMBERS STUART; JOHNSTON ROBERT. **Administração da Produção**. São Paulo: Atlas S.A, 2009

VIANA, JOÃO JOSÉ. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 2002

ANEXOS

		HOSPITAL VIDA			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - VALORES EM R\$					
	2.012	2.011		2.012	2.011
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
CAIXA E BANCOS.....	476.698	208.991	FORNECEDORES.....	655.919	575.428
ESTOQUES.....	278.757	301.167	ANTECIPACAO DE CLIENTES.....	91.096	146.794
CLIENTES.....	271.950	246.030	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS.....	16.907	19.058
ESTOQUE EM PODER DE TERCEIROS...	0	0	SALARIOS E ORD. A PAGAR.....	0	247
DEVEDORES DIVERSOS.....	99.694	135.610	IMPOSTOS/CONTRIB. A RECOLHER	322.037	337.107
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES....	345.031	60.095	PARCEL. FISCAIS/TRIB./CIVIS	29.557	29.557
CRÉDITOS COM PESSOAL.....	55.324	44.298	PROVISOES CONSTITUIDAS.....	446.103	514.067
DESPESAS ANTECIPADAS.....	5.343	0	DIVIDENDOS A PAGAR.....	30.304	403.452
TOTAL CIRCULANTE.....	1.532.797	996.193	TOTAL CIRCULANTE.....	1.591.924	2.025.710
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
DEPOSITOS JUDICIAIS.....	77.328	77.328	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS ..	821.047	884.101
APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	1.260.164	2.391.361	PARCEL. FISCAIS/TRIBUTARIOS/CIVIS	861.268	693.717
CREDITOS COM PESSOAS LIGADAS....	0	0	REND. APLIC. FINANC.REALIZAR....	102.570	174.049
	1.337.491	2.468.689		1.784.885	1.751.867
INVESTIMENTO			TOTAL DO NÃO CIRCULANTE.....	1.784.885	1.751.867
INVESTIMENTOS.....	1.097	1.097	PATRIMONIO LIQUIDO		
	1.097	1.097	CAPITAL SOCIAL.....	2.520.485	2.520.485
IMOBILIZADO	20.156.674	20.548.038	RESERVA DE LUCROS.....	331.850	208.364
IMOBILIZADO LÍQUIDO.....	20.156.674	20.548.038	AÇÕES EM TESOURARIA.....	0	(56.377)
TOTAL NÃO CIRCULANTE.....	21.495.263	23.017.824	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRI.....	17.374.989	17.374.989
TOTAL DO ATIVO.....	23.028.059	24.014.017	PREJUIZOS ACUMULADOS	(576.072)	0
			LUCROS Á DISPOS. DA ASSEMBLÉIA	0	188.979
			TOTAL PL.....	19.651.251	20.236.439
			TOTAL PASSIVO.....	23.028.05	24.014.017

FONTE: Hospital Vida



HOSPITAL VIDA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS DE 2012 e 2011 - VALORES EM R\$

	2.012	2.011
RECEITA OPERAC. BRUTA.....	18.305.966	19.965.089
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA... .	(1.237.523)	(1.371.927)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	17.068.443	18.593.162
CUSTOS DOS SERVIÇOS.....	(6.283.811)	(5.738.298)
LUCRO BRUTO.....	10.784.632	12.854.864
DESPESAS OPERACIONAIS.....	(10.521.785)	(12.252.346)
PESSOAL/ENCARGOS.....	(8.235.843)	(9.512.772)
SERVIÇOS DE TERCEIROS.....	(1.194.935)	(2.106.631)
GERAIS.....	(479.314)	(302.882)
TRIBUTÁRIAS.....	(398.461)	(255.626)
FINANCEIRA.....	(213.233)	(74.435)
RESULTADO NÃO - OPERACIONAIS	262.846	602.518
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS		
OPERACIONAIS.....	1.358.005	1.601.547
CONTINGÊNCIAS CÍVEIS/ TRABALHISTAS.....	(360259)	(63054)
DESPESAS INDEDUTÍVEIS	(69722)	(25731)
LUCRO ANTES DO IR/CSLL.....	1.190.870	2.115.280
IRPJ.....	(329.979)	(527.016)
CSLL.....	(127.432)	(198.366)
LUCRO/PREJ LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	733.45	1.389.898

FONTE: Hospital Vida

HOSPITAL VIDA		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - Valores em Reais		
DFC.....	Exerc.:2012	Exerc.:2011
1. Origens de Recursos.....		
Das operações.....	(439.890)	2.455.239
Lucro Ajustado.....	160.998	1.752.555
Lucro Líquido.....	733.459	1.389.898
Despesas de depreciação.....	283.499	365.035
Ganho na venda de Ativo Imobilizado	0	0
Ajustes de Exercícios anteriores .	(855.960)	(2.378)
Variações do Ativo Circulante...	(290.108)	268.898
Estoques.....	2.455	(22.410)
Impostos a recuperar.....	2.455	
Créditos com pessoal.....	(18.098)	11.026
Despesas antecipadas	(3.157)	5.343
Clientes.....	(123.935)	25.920
Devedores Diversos.....	(19.702)	35.917
Adiantamento a Fornecedores.....	(130.316)	284.936
Variações do Passivo Circulante	(310.779)	433.786
Fornecedores.....	151.565	(80.492)
Adiantamento de Clientes.....	3.564	55.698
Empréstimo Bancário	(473.411)	2.151
Salários a pagar.....	(5.973)	247
Parc. Fiscais/Trib./Civis.....	(153.851)	1
Impostos/Contribuições a Recolher	41.829	15.069
Provisões Constituídas	95.194	67.963
Dividendos a Pagar.....	30.304	373.149
Dos Acionistas.....	0	(402.000)
Compra de Ações em Tesouraria	0	(402.000)
De Terceiros.....	1.958.701	0
Redução do ativo realizável a		
longo prazo	498.025	0
Aumento do Passivo exigível a		
longo prazo	1.460.676	0
Baixa de Ativo Imobilizado.....	0	0
Total das Origens.....	1.518.812	2.053.239
2. Aplicações		
Aquisição de bens e direitos permanente	1.414.130	756.399
Aumento do ativo realizável a		
longo prazo	1.414.130	1.131.198
Redução do Passivo exigível a longo prazo	0	33.018
Distribuição de Dividendos.....	132.822	400.331
Total das aplicações.....	1.546.952	2.320.946
Aumento ou Redução do Disponível	(28.140)	(267.706)
3. Variação do Disponível.....	(28.140)	(267.706)
Saldo do Disponível no Início do Exercício	504.838	476.698
Saldo do Disponível no Fim do Exercício	476.698	208.991

FORNTE: Hospital Vida